



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	A bio-legitimidade nos tribunais brasileiros: o argumento e a narrativa do sofrimento na demanda judicial de retificação do registro civil para cidadãos e cidadãs transexuais.
Autor	LETÍCIA MARIANO ZENEVICH
Orientador	PAULA SANDRINE MACHADO

Desde os anos 80, demandas judiciais de retificação de registro civil têm sido ajuizadas por cidadãos e cidadãs transexuais no Brasil, gerando um acervo de mais de uma centena de acórdãos sobre a questão nos Tribunais de Justiça, no STJ e no STF. Pautado pela metodologia empírica (EPSTEIN: 2002), este trabalho tem como corpus empírico a jurisprudência brasileira relativa às demandas judiciais de retificação de registro civil propostos por pessoas transexuais. A partir desse levantamento jurisprudencial, proceder-se-á, a partir do marco teórico de Didier Fassin, à análise dos argumentos e das narrativas empregadas nos acórdãos, com vistas a perscrutar os argumentos apresentados tanto nos casos de procedência do pleito jurídico formulado, bem como naqueles em que a ação é julgada improcedente. Fassin (2003) apresenta o conceito de bio-legitimidade para analisar situações em que o corpo torna-se, pelo sofrimento emanado, fonte de legitimidade/reivindicação de direitos, que foi utilizado na análise empreendida, bem como a produção Mauro Cabral e Ceres Victora. No levantamento realizado até o momento, identifica-se, nos acórdãos, um discurso do sofrimento acionado para justificar a quebra do princípio da dignidade humana, para, sob esse ângulo, assegurar a procedência da ação. A pesquisa mostra, assim, a força da bio-legitimidade no trato jurisprudencial de cidadãos e cidadãs transexuais no Brasil, e permite analisar sua prática disseminada nas decisões brasileiras assim como problematizar seu uso recorrente, procedimento em que a vivência da transexualidade é reduzida à narrativa do sofrimento, invisibilizando-se outras maneiras possíveis de vivê-la para garantir o acesso à retificação de prenome e sexo registraes.